

Mónica da Conceição Marques Nunes.
 Marisa do Céu Teixeira de Sousa.
 Nádia Alexandra da Silva Dias.
 Ana Patrícia da Silva Fraga.
 Paula Cristina Alves Moura Santos.
 Vânia Sofia Afonso.
 Cristina Rafaela Antunes Mendes.
 Lara Cristiana Guerra Lopes.
 Ana Paula Cavaleiro Preto Fernandes.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Outubro de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho (extracto) n.º 25 990/2007

Por despacho de 11 de Outubro de 2007 do director nacional-adjunto da Polícia Judiciária, Dr. Manuel da Conceição Ferreira, e ao abrigo do disposto no n.º 8 do despacho 11 088/2006, do director nacional da Polícia Judiciária, Dr. Alípio Fernando Tibúrcio Ribeiro, de 2 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 99, de 23 de Maio de 2006, foi subdelegada no coordenador superior de investigação criminal, a exercer funções no Departamento de Investigação Criminal de Portimão, licenciado Paulo Fernando Gaspar Rebelo, competência para autorizar despesas de empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços, nos termos dos artigos 4.º e 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, até ao montante de € 49 000.

Nos termos do disposto no artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, foram ratificados todos os actos que tenham sido praticados no âmbito dos poderes agora subdelegados ou que o venham a ser até à data da publicação do presente despacho.

26 de Outubro de 2007. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Despacho (extracto) n.º 25 991/2007

Por despacho de 11 de Outubro de 2007 do director nacional da Polícia Judiciária e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e nas demais disposições legais aplicáveis, foi delegada no coordenador superior de investigação criminal no Departamento de Investigação Criminal de Portimão, licenciado Paulo Fernando Gaspar Rebelo, a competência para a prática dos seguintes actos, no âmbito do respectivo serviço:

- 1) Conferir posse e assinar termos de aceitação;
- 2) Justificar e injustificar faltas;
- 3) Autorizar o gozo e a acumulação de férias e aprovar o respectivo plano anual;
- 4) Autorizar deslocações em serviço;
- 5) Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que os funcionários ou agentes tenham direito, nos termos da lei;
- 6) Adoptar os horários de trabalho mais adequados ao funcionamento dos serviços, determinar os regimes de prestação de trabalho e autorizar os horários de trabalho específicos, observados os condicionamentos legais;
- 7) Promover a verificação domiciliária da doença, nos termos dos artigos 33.º a 35.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
- 8) Promover a submissão dos funcionários e agentes a junta médica da ADSE, nos termos dos artigos 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
- 9) Conceder o estatuto de trabalhador-estudante e autorizar o gozo dos direitos e regalias inerentes a esse estatuto, nos termos do Código do Trabalho (artigos 79.º a 83.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e 147.º a 156.º da Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho);
- 10) Autorizar o abono antecipado de ajudas de custo;
- 11) Autorizar despesas de representação da Polícia Judiciária até ao valor de € 100, no máximo mensal de € 500.

Nos termos do disposto no artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, foram ratificados todos os actos que tenham sido praticados no âmbito dos poderes agora delegados ou que o venham a ser até à data da publicação do presente despacho.

26 de Outubro de 2007. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Aviso n.º 22 215/2007

Nos termos do artigo único da Portaria n.º 237/2007, de 8 de Março, e por meu despacho de 10 de Outubro de 2007, faz-se público que foi, em 11 de Outubro de 2007, anexado o Cartório Notarial de Grândola à Conservatória do Registo Civil e Predial da mesma localidade.

29 de Outubro de 2007. — O Presidente, *António Figueiredo*.

Aviso n.º 22 216/2007

Nos termos do artigo único da Portaria n.º 237/2007, de 8 de Março, e por meu despacho de 10 de Outubro de 2007, faz-se público que foi em 11 de Outubro de 2007 anexado o Cartório Notarial de Grândola à Conservatória do Registo Civil e Predial da mesma localidade.

29 de Outubro de 2007. — O Presidente, *António Figueiredo*.

Despacho (extracto) n.º 25 992/2007

Por despacho de 24 de Outubro de 2007 do presidente, foi nomeado, em regime de substituição, director do Departamento Patrimonial deste Instituto, cargo de direcção intermédia do 1.º grau, o licenciado Rui Manuel Pacheco Ferreira de Carvalho, assessor da carreira de arquitecto, de nomeação definitiva, do quadro de pessoal do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, com efeitos a contar de 1 de Novembro de 2007. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

30 de Outubro de 2007. — A Vice-Presidente, *Maria Celeste Ramos*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretaria-Geral

Rectificação n.º 1945/2007

Por ter saído com inexactidão o despacho (extracto) n.º 10 788/2007 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 108, de 5 de Junho de 2007, a p. 15 413, rectifica-se o mesmo nos seguintes termos:

Onde se lê «10 de Abril de 2007. — A Directora de Serviços de Administração, *Paula Gonçalves*.» deve ler-se «10 de Maio de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Fernandes*.».

24 de Outubro de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Fernandes*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Aviso n.º 22 217/2007

1 — Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, autorizado por despacho do presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro de 9 de Agosto de 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para o preenchimento de quatro lugares na categoria de técnico profissional especialista principal, área de desenho, do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região Centro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 272/91, de 7 de Agosto.

2 — Referência do concurso — 2007-TP Esp. Princ. DESI/ex-CCR.

3 — Em cumprimento do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, foi realizado o procedimento prévio de selecção de pessoal em situação de mobilidade especial, constante do artigo 34.º do mesmo diploma, não tendo sido recebidas candidaturas.

4 — Validade — o concurso visa o preenchimento dos lugares mencionados, esgotando-se com o seu preenchimento.

5 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 248/85, de 15 de Julho, 265/88, de 28 de Julho, 184/89, de 2 de Junho, 353-A/89, de